

# **O Comendador Accioly e o Facciosismo da Revista “Careta” – Análise da Impiedade Jornalística (\*)**

Eduardo Campos

Se em verdade uma fotografia vale mais que mil palavras, a que revejo agora, passados tantos anos, publicada na revista “Careta” (10.02.1912), mostrando a respeitável figura do sr. Nogueira Accioly por ocasião de seu desembarque no Rio de Janeiro, após os lances dramáticos a que se expôs no Ceará (terminados com a sua queda do poder), é foto para valer muito mais, que ali se vê o cidadão altivo, bem trajado, ciceroneado por outros distintos cavalheiros, todos irrepreensivelmente indumentados (dentre os quais o dr. Rivadávia Correia, Ministro da Justiça, e o dr. Flores da Cunha – eminentes políticos), tudo de acordo com a etiqueta daqueles dias de 1912. São tempos em que os homens, mesmo à hora de dissentirem politicamente, não dispensavam a roupa austera, de preferência escura; gravata e chapéu, o último uma peça imprescindível a todos os momentos solenes ou não, para compor a vestimenta do cidadão ainda que isento de pretensões.

Noutra foto, que também contemplo por hoje, seqüenciando uma série de lembrança histórica, distingo os momentos de exacerbação do povo em passeata pela rua. E não de raro entre os exaltados, assim vistos, os que juntam ao protesto a ação belicosa, e a tanto empunham ameaçadores bacamartes. Custa crer possa ter sido essa grei nomeada por algumas testemunhas (principalmente escritores) como constituída de gente sem expressão social, pois, em quase todos, e seguramente na maioria, o chapéu é complemento essencial do traje.

Abaixo de uma das fotos – seis ao todo como refiro e então pu-

---

(\*) Conforme anotou o Pe. Edilson Silva, “os troncos da família Accioly remontam aos Acciauoli, de Florença, no século XV, entrelaçados com a família Médici”. No Brasil esse sobrenome “foi deturpado para Accioly”, grafia que adoto no presente trabalho.

blicadas na “Careta” do dia 30 de março de 1912 (muitos dias após os acontecimentos políticos que culminaram com a deposição do Comendador), lembrada a presença de cangaceiros, difíceis de serem identificados em razão da aparente disciplina como se apresentam, nivelados (ou igualados), com as demais pessoas documentadas.

Por esse detalhe, não de todo irrelevante como se imagina, compreende-se que o homem de rua, a inícios da segunda década deste século, decididamente sabia apropriar-se dos recursos da moda. Chapéu e bengala eram dois complementos do indumento masculino. Em qualquer ajuntamento de povo não se viam cabeças descobertas, raras assim por então. Quando desfilaram no Rio de Janeiro as primeiras senhoritas exibindo as chamadas saias entravadas (**jupe-cullote**) dos 140 curiosos aglomerados para testemunhar o fato, pelo menos 120 usavam, de modo muito garboso, chapéus de palhinha e massa (ver “Careta”, 22.04.1911).

Nessa cercadura de comportamento social distinto (tão diferente do que ocorre atualmente), custa crer fossem os homens tão irreverentemente impulsivos e capazes de, sem macular os seus próprios trajes, sair à rua empunhando carabinas para depor chefe de governo; ou se comportassem tão mal à hora de escrever aos jornais, vezo que se submetia não apenas a gente comum revoltada, mas o intelectual, o jornalista, o diretor de jornal, principalmente este, à época geralmente confundindo o ideário jornalístico com o sentimento faccioso de julgar o desempenho político de adversários.

Basta ver o que, por aqueles dias distantes, ia publicado nos jornais. Em “Unitário”, de João Brígido, cuja linguagem fluía sempre áspera, chasqueante e cruel, o homem público desafeiçoado por ele não escapava de ser metido a ridículo, atingido assim por jornalismo pouco edificante e insensível às qualidades morais dos desafetos.

Desse modo, para breve exemplo, o tipo de telegrama que a redação de “Unitário” acolheu, no dia 4 de janeiro de 1912, reportando os infortúnios do Dr. Nogueira Accioly: “Foi linchado na praça pública, feito em pedaços, um retrato do sr. Accioly, que existia na Câmara de Sobral. O povo a invadiu e fez esta alta justiça cívica. **Sic transit gloria mundi**”. Há ainda, na matéria, a informação de que o povo, por ocasião do linchamento do retrato, estava em “delirante entusiasmo”. (idem, ibidem).

Em curto mas incisivo protesto contra o empastelamento de jornais por parte do governo Hermes da Fonseca, a “Careta” (9.05.1912) exalta o papel da imprensa, definindo-a exercente da “mais bela das profissões”, a divulgar, educar e orientar a sociedade. E por conferir ao

povo o “balanço diário da vida universal”, como também verberar os crimes, popularizar os heróis e coroar as virtudes...

Mas a própria revista, pelo menos no episódio da deposição do comendador Accioly, desavém-se com nítido excesso de julgamento, a aplicar-se em ação maliciosa, contundente, e decepcionante facciosismo. A própria qualificação de **velho**, anteposta ao nome do grande político do Ceará, em todas as citações, é evidente fórmula de deformação de tratamento jornalístico, a intuito de depreciar-lhe a respeitável figura humana.

Outras personalidades políticas, do mesmo modo em avançada idade, como o dr. Aurélio Vianna, governador deposto na Bahia, à época; o pernambucano José Mariano; o professor Carlos Lisboa – para citar apenas esses nomes – jamais foram mencionados por sua identidade longeva, tratamento indelicado e seguramente reservado para desmerecer o governador capitulante do Ceará.

De igual forma impossível (ou pelo menos impreciso) analisar o truncamento do prestígio dos Accioly, em Fortaleza e no Estado, sem levar em consideração, com os devidos descontos, o mal desempenho da imprensa que o hostilizou, qual “Unitário” – publicação regional – e da revista “Caretta”, de âmbito nacional, esta ostensivamente diligenciando denegrir-lhe a reputação, apontando-o como “pagé da política” de nossa província, a insistir em vê-lo em contexto diferente do da contestação popular que se generalizara em vários pontos do País, resultando na queda de oligarcas como Rosa e Silva, em Pernambuco, e Antônio Lemos, no Pará.

O magazine, a que aludo, em edição do dia 16 de dezembro de 1911, narra em soneto (“Sucessão de Dinastias”) o drama dos poderosos que se abatem, mas por diante teima em analisar o episódio da deposição do executivo cearense, como episódio insólito, distinto.

“Um a um vão caindo os oligarcas,  
Cuja sólida base esboroa  
E, feita em ténue pó, célere voa  
Sem no solo deixar nem leves marcas.

Vão-se assim os esdrúxulos monarcas  
E assim se abaixa a muita gente boa  
Pois no seu bolso já não mais escoia  
O tesouro estadual, as pobres arcas.

Mas a cada sátrapa que descamba,  
Surge logo um fardão de general,

Que as rédeas do governo vai tomando.

E a cada tombo a gente diz: – Caramba!  
Irá para a fileira esse pessoal,  
A ir-se a moda **generalizando?**”

Na área que nos diz respeito, portanto, o furor contra os oligarcas parece ter principiado no Pará, indo ali o povo às ruas em abril de 1911 contra o poderoso Antônio Lemos, já considerado “ex-donatário da capitania do Pará e flagelo do povo e do comércio” como referido na edição da “Caretá”, a 15 de abril de 1911.

A Bahia também é assolada pelos ventos desaçamados do descontentamento político; aí os acontecimentos são de aguda gravidade com a capital do Estado bombardeada “pelas fortalezas guarnecidas por forças federais”, fato que revolta o demissionário Almirante Marques de Leão, em janeiro de 1912, considerando o episódio um atentado “menos contra a Constituição Brasileira que contra a dignidade humana”.

No Ceará, em Fortaleza mais precisamente, é o povo – e não o populacho – que se levanta contra o oligarca Accioly, em movimento armado começado no dia 20 de janeiro de 1912 e só terminado no dia 24, com os governamentais hasteando a bandeira da capitulação, indo recolher-se o governante assim deposto – conta Herman Lima –, com a família, “à proteção da força federal, no Quartel da Rua Sena Madureira, donde seguiriam depois para bordo do navio que os levaria ao Rio de Janeiro”. (in “Poeira do Tempo”, p. 19).

Transcorre por então não apenas o humor negro, mas pérfido, envolvendo os lances que significariam a deposição do Dr. Nogueira Accioly. Basta ver o registro “Os novos horizontes – A liberdade na Terra da Luz”, na “Caretá” do dia 2 de março desse ano, em que Antônio Sales, entrevistado a respeito, justifica o empastelamento do jornal “A República”, então ocorrido, coadjuvado, nas declarações que presta, por Frota Pessoa, a justificar o atentado ao comendador, em Natal, nos seguintes termos: “Esse é um caso especial de vingança particular e justiça política e previsão patriótica. Era de toda a conveniência acabar com um **velho** (grifamos) que poderia obter a intervenção federal contra os libertadores”.

A pronunciar-se, em seqüência, Gustavo Barroso explica: “O Sales e o Frota são dois exaltados. A coisa no Ceará correu na melhor ordem. Não se fez violência a ninguém”. Prosseguindo, explicou a prisão dos “amigos do oligarca, que ficaram presos como reféns”: “Os re-

volucionários **cometeram grave erro deixando o Accioly vivo** (grifamos). Logo que o viram abandonar o Ceará, fugindo para o Rio, compreenderam que deviam atenuar o erro e zás! engaiolaram os parentes do pagé. Se o **velho** (grifamos) grimpasse aqui, lá torcia-se o pescoço dos frangotes”.

Na secção “Cartas de um matuto” (“Careta”, 10.02.1912), Tibúrcio d’Anunciação, depois de ocupar-se dos incidentes da Bahia narra em versos:

“Quági na mesma ocasião  
No Ceará houve o diacho:  
Também o governadô  
Do podê foi posto abaixo;  
Mas, não sei se acerto ou não,  
Cá pra mim, comadre, eu acho  
**Que o caso é tão diferente,  
Como é um pilão dum tacho.** (grifamos)

Na Bahia tão tratando  
De à força pô no governo  
Um tá que sái de ministro.  
E isso tem sido um inferno;  
Mas no Ceará foi o povo  
Que, vendo verão e inverno  
As coisas sem miorá,  
Enxotou seu chefe eterno.

Esse **véio** (grifamos) do Ceará,  
Dizem ter tanto parente  
Que os emprego já não dava  
Pras outras crasse de gente;  
E era tudo no Tesouro  
A metê com gana o dente,  
Inté que o povo cansado  
Virou bicho de repente”.

Em edição anterior (dia 3 de fevereiro), aquela publicação já se ocupava do “governador fugitivo” ao Ceará, quando de sua parada em Natal, à bordo do navio no qual se recolhera, dando s. exa. ali “cercado da décima milionésima parte de sua família”. Na ocasião, transcreve hipotético diálogo entre um funcionário do navio e o derrotado:

“– Accioly é com dois **cc**?

– Ponha-lhe um só, respondeu o deportado, sacudindo as barbas.

– É com **i** ou com **y**?

– É com **Y**, mas escreva com **i**. Aparece menos”.

Não há apenas nesse trecho o lado possivelmente humorístico, mas a irreverência e o sentido – que me permito lembrar – maldoso, sob a intenção de diminuir a personalidade do desafortunado político cearense. Não se vê no exemplo a “leve malícia inofensiva” que Herman Lima, com surpreendente propriedade, identificou no estilo do caricaturista Raul, artista, ainda no dizer do autor da “História da Caricatura no Brasil” (ver v. 1, p. 143), portador de “sensível e generoso coração”.

A “Caretta”, nas referências que faz ao Comendador Nogueira Accioly, é costumeiramente ácida e espicaçante, no que nos leva a imaginar estar por trás das críticas publicadas nesse magazine, de grande conceito à época, a personalidade do político impiedoso – o cearense – que não perdoa o adversário, ainda que o veja abatido e inofensivo.

Na sucessão de edições da “Caretta” – que decorrem de janeiro de 1912 ao final do ano de 1913 – as referências contra o comendador deposto são impolidas, com a visível intenção de maltratá-lo, o que não ocorre com o tratamento dispensado a outras autoridades igualmente frustradas nacionalmente no desempenho político.

Em nenhum momento o comendador deixa de ser mencionado por velho, e será esse um vezo para desqualificá-lo, tendo-o por senil, imprestável...

Ao longo desse período não faltam alusões e irreverências ao comendador e a seus familiares. Dessa forma, na edição do dia 3 de agosto de 1912 a “Caretta”, em secção redigida em francês, fantasia a futura constituição do governo do cel. Franco Rabelo, pondo **Jean Accioly**, no cargo de Secretário do Interior; idem, de Secretário do Exterior, **Manéque Accioly**; idem da Fazenda, **Chiqué Accioly**; idem, da Agricultura, **Mandouque Accioly**; idem, da Guerra, **Juqué Accioly**; idem, da Marinha, **Tonique Accioly**; idem, da Justiça, **Zezé Accioly** etc. etc.

Em dezembro desse mesmo ano a mencionada secção anuncia: “todos os aciologistas que existiam no Ceará haviam se retirado para outros lugares do Brasil, deixando em paz o patriótico governo do cel. Franco Rabelo”. Ainda naquela edição, acolhida a seguinte informação: “Quando o pagé Accioly exercia o governo do Ceará, contraiu

grande empréstimo para as obras do abastecimento d'água e esgotos de Fortaleza, das quais deu concessão ao Dr. João Felipe Pereira. Afirmam, agora, os inimigos do **velho** (grifamos) pagé, que tudo não passou de uma grossa patifaria e exibem, por tê-lo encontrado nas ruínas da casa incendiada do sr. Thomaz Pompeu (Pinto Accioly), um recibo bastante comprometedor, referente a um pagamento de 50:000\$000, realizado a 17 de maio de 1911”.

No número 241, edição de 11 de janeiro de 1913, pode-se ler o simulacro de despacho telegráfico redigido no mais imperdoável humor negro, dizendo que as fotografias publicadas pela revista, apresentando as residências incendiadas da família Accioly “são completamente falsas. Ao contrário o povo do Ceará, animado das melhores intenções, ajudando a decorar as ditas casas com lanterninhas e outros aparelhos de iluminação, uma noite aconteceu de uma delas cair e tudo incendiar, cabendo assim a culpa aos seus moradores e não aos políticos..”

Prossegue o ostensivo desmerecimento – espécie de arrasamento moral – não apenas ao governador deposto mas à toda sua família, não poupada esta por sucessivas perfídias. Em março de 1913, na edição do dia 15, vê-se inserto o insólito registro:

“Expulsos do Ceará, os Accioly não se consolam e saudosos da grande oligarquia desfeita, tratam de fazer, nesta capital, honestas caricaturas daquela imoral oligarquia. Por essa razão, os Srs. José Accioly e Graccho Cardoso compraram e são hoje os ativos proprietários da antiga **Pensão Dias**, agora **Caxias**, situada no largo do Machado e na qual, além deles, residem outros ilustres membros da oligarquia destronada. A nobre pensão oligárquica marchava muito bem mas acaba de sofrer inesperada greve de inquilinos, pois estes revoltaram-se indignados por terem os proprietários mandado proceder a pintura interna dos aposentos, sem prevenir os respectivos habitantes, resultando da pintura e do descuido o começo de envenenamento de muitas pessoas”.

Os condenáveis e criminosos incêndios dos imóveis de propriedade dos Accioly, em Fortaleza, ateados pelo povo insuflado, a 9 de novembro de 1912, continuam recordados nas páginas da “Careta” do dia 4 de janeiro de 1913, através de bem documentada coleção de fotos. Dessa forma, o leitor daqueles idos podia contemplar o resultado do mencionado ato criminoso, o estado em que ficaram as residências, por exemplo, dos srs. Benjamim Accioly, Graccho Cardoso, José Accioly; do cel Montenegro e Senador Accioly. Na mesma edição vê-se ainda a sede da Inspetoria de Obras Contra as Secas (Palacete Carvalho Mota), incendiada no dia 1<sup>o</sup> de dezembro.

E como se não bastasse a torpe exploração, sublinhada pela intenção de não cessar o clima de hostilidade ao comendador deposto, na secção “Almanaque das Glórias” (“Careta”, 18 de janeiro de 1913), ao lado da caricatura do desditoso político cearense o leitor podia ler a informação biográfica:

“O comendador Accioly é um homem de **grande papo** (grifamos) e longas barbas brancas, que foi pagé do Ceará. Dirigindo os tristes destinos da sua terra da luz, com sabedoria voraz, adotou a máxima incomparável do “Matheus, primeiro os teus” e modificando-a para “sempre e só os teus”, transformou a complicação político-administrativa do Estado num simples negócio familiar”. (...) “Foi o glorioso pai dos amáveis precursores da atual infame bajulação. Seis ou sete anos antes do Conde Jerônimo, cerimoniosamente investido das altas funções de pres. do Espírito Santo dobrar os seus joelhos, e diante das grandes autoridades da República reunidos num cheiroso salão de banquete, beijar as agaloadas mãos do Pres. Hermes, já o altivo cidadão Studart beijava a pergaminhada verônica aciólica e o digno Sr. Graccho Cardoso a ostentava como um talismã, encadeada ao relógio, batendo-lhe na profunda capacidade do ventre enredomado na feliz transparência de uma medalha.

“Uma rebelião alegre e sangrenta de estudantes apeou-o do rendoso patriarcado oligárquico, escorraçando-o com merecida violência”.

“Exilado nas doces molezas da Capital Federal, o abatido Pagé assiste, de longe, ao desdobramento portentoso da individualidade de quem, erguido pelo povo, o substitui – o cel. Franco Rabelo, verdadeiro continuador de sua obra de administração absorvente”.

Depois dessa tentativa de análise, em que tentamos revelar aspectos não de todo conhecidos da deposição do comendador Accioly, campo de interesse que nos animou a estudo mais demorado e certamente curioso, parece – e na verdade é – compreensível a natureza insidiosa do desenho de sua personalidade, assim feito, para o qual concorrem com visíveis equívocos o espírito irreverente e também vingativo de seus ocasionais ou persistentes artífices. Dessa circunstância infelizmente restou o retrato, de certo modo atenuado por agora, mas perdurante na memória de muitos: a figura apoucada, envelhecida, com visível papada e longas barbas, tudo a contribuir para particularizar, de forma intencional, a representação do político matreiro, para não dizer finório, aproveitador dos dinheiros públicos e bastante alertado para proteger parentes e amigos com sinecuras generosamente subsidiadas pelo Tesouro.

O lado menos propalado é o do administrador, por exemplo, que

entregou à sociedade cearense o Teatro José de Alencar, e soube incentivar o trabalho de um edil sobremodo preocupado com a revitalização ambiental da Capital.

Há um sentido de obstinada deformação, por parte de terceiros, da personalidade desse atuante político que praticamente conduziu os destinos do Estado por quase 16 anos, se considerarmos de sua direta influência o quadriênio entregue aos cuidados do governador Pedro Borges.

Testemunha de tudo que aqui se relata, os deploráveis fatos do primeiro quartel de século, Herman Lima confessa: “Rapazinho tímido e sensível, que eu era àquele tempo, aquelas tropelias sucessivas, tantas vezes profundamente degradantes, encheram-me de um horror invencível para o resto da vida, por toda espécie de violência popular. Do mesmo passo, crescia em mim uma tremenda perplexidade pelo espetáculo daquela democracia tão tristemente desembestada em desmoralização a mais clamorosa, por via dos seus próprios idealizadores”.

Na verdade, os que viam no dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly “uma postetade estranha e assombrosa – o juiz sem recursos, o legislador exclusivo, o regulador da fortuna pública e privada, o árbitro dos destinos da terra” (conforme manifesto publicado a 20 de janeiro de 1904 em “Unitário”, – in “Os Partidos Políticos do Ceará”, Abelardo F. Montenegro, p. 79), não percebiam que não explicavam, atacando, o administrador, mas o próprio objetivo do partido político cearense – no dizer de Abelardo Montenegro – “não só um instrumento de conquista do poder, mas também um meio de sobrevivência. Conquistar o poder, significava dispor de cargos públicos e das naturais finalidades de amparar correligionários. A conquista do poder estadual e do poder municipal davam segurança e certeza de sobrevivência”. (idem, pp. 220-221).

Não havia ideário político – afirmamos nós –, mas a regra ou regras de acudir o clã familiar, em generalizado paternalismo definido pelo amparo a familiares e amigos mais próximos da estima e do interesse de servir.

Em rigor, no episódio da deposição do dr. Nogueira Accioly, os que estavam por trás das redações dos jornais e revistas, em ostensiva contestação, nem sempre podiam exhibir melhores sentimentos de desempenho político.

O sentido vingativo, a ambição, a gula pela manipulação do poder, nunca estão descartados dos propósitos dos que se enfileiravam nas hostes oposicionistas.

Faltava o ideal público, o respeito ao exercício político em favor

da comunidade entendida como um todo.

Agora, passadas tantas décadas desses tristes acontecimentos ora referidos, impõe-se-nos proceder a avaliação mais cuidadosa do que foram os momentos políticos do Ceará, a começo do século, não esquecido por exemplo o posicionamento malicioso ou perverso da imprensa, quer representada por uma revista de âmbito nacional – “Caretta” –, quer por jornal local, qual “Unitário”, dirigido por João Brígido.

Por este momento, mas de modo muito modesto, apenas afloramos o tema, que, melhor estudado, poderá transformar-se em inesperado campo de avaliação sociológica.